



DCI – 01 Jun 2004

Setor privado negocia as novas regras hoje

As entidades representativas das empresas do setor elétrico reúnem-se hoje com o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia (MME), Maurício Tolmasquim, para apreciar o texto final elaborado pelo governo para a regulamentação da área. Será com base nessas regras que os investidores do setor decidirão se investir em novos projetos é um bom negócio ou não. O apoio da iniciativa privada nesse caso é fundamental para o financiamento de novos empreendimentos, tendo em vista que não há recursos públicos suficientes para bancar os R\$ 20,1 bilhões que devem ser investidos anualmente no setor para que se possa suprir a demanda por energia no País nos próximos dez anos.

A estimativa consta de pesquisa desenvolvida pela Consultoria Tendências a pedido da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. "O estudo mostra que o setor público terá condições de aportar algo em torno de R\$ 9 bilhões ao ano, em média, o que deixa cerca de 60% da necessidade de financiamento do País com a iniciativa privada", afirma o diretor presidente da Câmara, Claudio Sales, acrescentando que "a viabilidade de a iniciativa privada fazer esses investimentos depende fundamentalmente do ambiente regulatório que se instalará no Brasil".

A mesma avaliação faz o presidente da Apine (Agência Brasileira dos Produtores Independentes de Energia), Luiz Fernando Vianna. "Os investimentos vão surgir de acordo com o que for regulamentado. Se a regulamentação contemplar de forma adequada os investimentos existentes, os investidores que estão no País vão se habilitar a novos projetos", avalia o executivo.

De acordo com ele, num cenário ideal deve haver disputa pelos projetos licitados. "Não haverá escassez de investimentos", afirma Vianna, referindo-se a essa hipótese. Atualmente, apenas 20% do mercado de geração está nas mãos da iniciativa privada. Mas essa fatia pode crescer dependendo da regulamentação adotada pelo governo.

Segundo Vianna, o governo tem demonstrado disposição em dialogar com as entidades representativas da área de energia (Abrage, Apine, Abrace, Abrajet, Abracel etc) e escutar seus pleitos. Na reunião de hoje, será apresentada a minuta desenvolvida pelo MME para a regulamentação. Caso haja consenso, o texto será enviado à Casa Civil para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa torná-lo lei mediante decreto.

Prova de fogo
A prova de fogo para a nova legislação acontecerá no segundo semestre deste ano, quando governo realizará um leilão de novos projetos, que devem entrar em funcionamento nos próximos cinco anos. No total, a licitação abrangerá uma capacidade geradora de aproximadamente 4.500 MW. A demanda por esses empreendimentos mostrará se a nova lei foi considerada satisfatória pelo setor.